



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Educação e Política Social

Ações afirmativas nas pós-graduações em Serviço Social no Brasil¹

Sheila Dias Almeida²
Lucas Aredes Alves³

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão acerca da incorporação da reserva de cotas raciais pelas pós-graduações em Serviço Social das universidades públicas brasileiras. Tal debate se faz necessário porque consideramos que esta ação expressa um importante avanço na luta contra o *status quo* e da meritocracia que sempre funcionou nos espaços de conhecimento, sobretudo, nas universidades públicas.

Palavras-chave: Cotas raciais. Pós-graduação. Serviço Social.

Affirmative Actions in Graduate Studies in Social Work in Brazil

Abstract: This article proposes a reflection on the incorporation of racial quota reservations by graduate programs in social work at Brazilian public universities. Such a debate is necessary, as we believe that this action expresses an important advance in the fight against the status quo and the meritocracy that has always worked in knowledge spaces, especially in public universities.

Keywords: Racial quotas. Postgraduate studies. Social service.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo contribuir com o debate das temáticas sobre a incorporação das cotas raciais nas pós-graduações em Serviço Social – cursos de mestrado e doutorado – das universidades públicas e privadas do Brasil, filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tal estudo se desenvolveu com a finalidade de responder não apenas algumas inquietudes pessoais, mas também pensando na lacuna existente entre a discussão sobre as relações étnico-raciais e a produção de conhecimento.

Como se trata de uma reflexão preliminar, a metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica de textos clássicos, o que compreende categorias crítico-dialéticas presentes na teoria social marxista, abrangendo tanto a obra marxiana quanto sua posterior

¹ Cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social das universidades públicas e privadas do Brasil, filiados à Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

² Doutoranda e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: Sheila.almeida@ufop.edu.br.

³ Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: lucasaredes@ufba.br.

interpretação presente no marxismo, como também a produção acadêmica contemporânea e a leitura crítica das obras citadas ao longo da problematização da hipótese apresentada. Assim, tem como objeto de análise as pós-graduações das universidades públicas do Brasil que oferecem os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social, e que passaram a incorporar em seus processos seletivos a reserva de vagas para cotas raciais voltadas às populações negras (pardos/as e pretos/as) e indígenas.

Nossa expectativa é que este diálogo sirva para aproximar a categoria de um debate indiscutivelmente relevante, posto que essas/esses profissionais trabalham com as múltiplas expressões da “questão social” e com a elaboração e execução das políticas públicas e sociais resultantes da mobilização e organização da sociedade civil na luta por direitos.

Para compreender o Brasil nos dias atuais, é imprescindível nos debruçarmos sobre a análise da história brasileira sob a perspectiva dialética, cujo movimento nos permite pensar as contradições raciais presentes nas relações sociais na contemporaneidade. A história da formação social brasileira subscreve a desigualdade racial enquanto uma realidade concreta dessa sociedade. Portanto, nossa análise consiste em afirmar que o “desenvolvimento desigual e combinado⁴” confere particularidade fundante da história desse país, e desse modo, tal realidade permanece como característica presente na atualidade, determinando através do antagonismo entre as classes sociais o “lugar” da população negra na sociedade brasileira.

A partir da consolidação da sociedade capitalista no final do século XVIII, o mundo passa por transformações significativas. Com isso, ocorrem modificações no ordenamento e na dinâmica econômica, o que incide diretamente na estrutura social e nas instâncias políticas. A fase monopolista do capital recoloca as contradições próprias da ordem burguesa, ou seja, exploração, alienação⁵ e a transitoriedade própria das transformações históricas. Diante das mudanças ocorridas, especialmente no âmbito do trabalho, se agudizam as tensões entre exploradores e explorados, daí as expressões da “questão social” surgem como expressão síntese da contradição entre capital e trabalho.

Sobre as características que compõem a “questão social”, destacamos que esta é um

⁴ C.f. LÖWY, 1995.

⁵ Para a compreensão do conceito de alienação, encontramos a seguinte afirmação: “[...] um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, e a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, sua constituição não tem nada a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica” (LUKÁCS, 1976. p. 501).

elemento de conflito e de luta de classes, portanto, é histórica. O seu enfrentamento desafia a própria manutenção de uma sociedade, devendo então ser objeto de intervenção dos diversos sujeitos sociais. Desenvolvendo-se numa dimensão estrutural, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *“luta aberta e surda pela cidadania”* (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Esse processo, porém, é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos dos sujeitos. É nesse terreno de disputas que trabalham as/os assistentes sociais, segundo Iamamoto (2009), sendo ainda nessa tensão entre a reprodução das desigualdades e a produção da rebeldia e da resistência que a categoria de assistentes sociais atua, buscando interferir nas relações sociais cotidianas e no atendimento das diversas formas por onde se expressam a “questão social” (idem, p. 16).

No tocante a essa profissão, chamamos a atenção para algumas de suas características como, por exemplo, ter na “questão social” a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho⁶. Também a discussão sobre a questão étnico-racial aparece como característica que marca esta profissão. Silva Filho (2004) aponta que, apesar de relativamente nova, é possível destacar o aumento significativo da quantidade de estudantes negros/as a procurar pelo curso de Serviço Social.

Rocha (2009) afirma que analisar a inserção da questão étnico-racial no processo de formação profissional, bem como sua relevância para a consolidação do projeto ético-político da profissão, é desafiador. Existem entraves que acabam por dificultar a realização de debates ressaltando a importância dessa realidade. Ainda que tenha aumentado nos últimos anos, algumas dificuldades se dão pela baixa produção e pela pouca apropriação da categoria pela discussão das temáticas de cor/raça/etnia. O debate acerca das relações étnico-raciais sempre foi secundarizado por essa categoria profissional, não sendo percebida como importante variável para uma análise crítica das relações sociais sob a perspectiva da totalidade.

Cabe ressaltar, entretanto, que no ano de 2014 foi lançado um exemplar especial da Revista *Libertas*⁷, contendo somente artigos de intelectuais negros/os orgânicos/os do Serviço

⁶ Netto (2005) afirma que através da instauração da ordem monopólica e, portanto, ocupando uma posição subordinada na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social se profissionalizou, tornando-se apenas executor das políticas públicas e mediador da contradição *capital x trabalho*, pois, são nessas bases que o Estado burguês se depara com a “questão social”.

⁷ A edição especial da Revista *Libertas* ocorreu em homenagem à Franciane Cardoso de Menezes, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, que faleceu em 2012.

Social, que debruçam suas análises no estudo da questão étnico-racial e o Serviço Social. A referida revista configura-se como uma importante fonte teórica, com relativo destaque entre profissionais do Serviço Social no país; e, destacamos que essa foi a pioneira em trazer um debate franco e aberto sobre as temáticas supracitadas, feito que nenhuma outra produção teórica desta categoria se aventurou em realizar.

A análise feita por Yamamoto (2008) sobre o conteúdo dos eixos temáticos dos programas de pós-graduação, elaborados até 2007, conclui que nesses programas os temas que se destacam referem-se a: “cultura, identidades e subjetividades dos sujeitos”; “família, relações de gênero e geração”; “formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social”, entre outros (IAMAMOTO, 2008, p. 458-464). Embora todos os temas mencionados tenham interfaces com a temática étnico-racial, poucas são as produções que se debruçam sobre este assunto, silenciando assim um importante indicador social que caracteriza este grupo profissional (*idem*).

Existem, portanto, novas exigências colocadas ao Serviço Social brasileiro contemporâneo que se apresentam como “preocupações emergentes no âmbito do serviço social, exigindo novas respostas profissionais” (IAMAMOTO, 2009). Nota-se, ainda, uma nova feição acadêmica profissional e social voltada à defesa do trabalho e das/os trabalhadoras/es, do compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história, onde não cabe mais negligenciar determinadas discussões (*idem*, p. 4).

1. AVANÇOS E LIMITES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Ao eleger os temas que urgem no debate sobre o “*Serviço Social na cena contemporânea*” (IAMAMOTO, 2009), essa categoria busca tanto responder às reais demandas da prática profissional, quanto responder algumas das lacunas existentes entre a categoria profissional e as/os usuárias/os. São estes, elementos fundamentais que contribuem para o processo de acumulação de forças que seguem em direção a outra forma de desenvolvimento social, a outra forma de vida e sociabilidade.

Há ainda que considerar como as subjetividades se deparam com impossibilidades forjadas, com intuito de impedir o reconhecimento e a percepção dos indivíduos como sujeitos históricos, bem como das densas determinações étnico-raciais, regionais, culturais, rurais e

urbanas que os constituem. Diante disso, observa-se que

[...] a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo e, fundamentalmente, da verdadeira construção de uma sociedade nacional, articulada, viva, em movimento, que a sociedade civil e o Estado desenvolvam-se de forma articulada e fluente e que a “população” se transfigure em “povo”, no sentido de que o povo se constitui quando se compõe de “cidadãos”, de pessoas situadas e integradas, participantes e ativas, em todas as esferas da sociedade, públicas e privadas [...] (IANNI, 2004, p. 143).

São nessas estruturas que se definem os lugares dos indivíduos: em relações sociais pautadas pelas relações de produção e pela estrutura classista e racista que rege esta sociabilidade. A luta pela sobrevivência se dá através de estruturas de poder e de organização em prol da manutenção dos privilégios.

Silva e Hasenbalg (1992) afirmam que o vínculo entre raça e classe se dá quando a raça funciona como mecanismo de seleção social, determinando o lugar onde cada sujeito deve ocupar. Assim, a condição étnico-racial funciona dentro da lógica capitalista, principalmente, como um critério de seleção para a projeção social. Nessa lógica, o sistema capitalista se sustenta a partir da relação de exploração de classe e, por sua vez, essa exploração se expressa através de múltiplas formas de dominação, como de gênero, raça, etnia e outras. Por detrás dos preconceitos se encontram, também, fatores econômicos, nos quais se escoram aqueles que querem explorar a força de trabalho a quem imputaram algum tipo de inferioridade.

Algumas perguntas que dão sentido a esta análise são: Qual seria a intenção por trás do silenciamento em se discutir a temática étnico-racial por essa categoria? Por quais razões durante a sua atuação, o profissional de Serviço Social tem dificuldades em perguntar a cor/raça ou a pertença étnica da população atendida? Porque o próprio profissional de Serviço Social têm dificuldades em se autodeclarar?

Seja numa sociedade de exploração capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo não for alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades raciais seguirão marcando as relações sociais. Neste sentido, ressaltamos que:

O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe), que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões (IAMAMOTO, 2009. p. 2).

É, pois, pela história da sociedade e das relações sociais que se constroem ações objetivas com vista a enfrentar a estrutura racista, patriarcal e do pensamento eurocêntrico/colonizador. Posto isso, nos questionamos do porquê não fazê-lo também no interior dessa profissão, que há muito executa suas ações pautadas por um projeto político profissional direcionado a classe trabalhadora, onde se concentra um enorme grupo social representado por mulheres, populações negras, LGBTQIA+, indígenas, etc.

A década de 1980 marca um período de grandes manifestações e mobilizações do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras (MMN). E o que consagra esse importante processo tem relação, também, com a promulgação da Lei Federal nº 7.716/1989 – “Lei CAÓ”, que foi corrigida dando lugar a Lei 9.459 de 13/05/1997. Esta última, por sua vez, modificou os artigos 1º e 2º e revogou o artigo 1º da Lei 8.081 e a Lei 8.082 de 03/06/1994, imputando o racismo e as práticas discriminatórias como crime inafiançável.

Em setembro de 2001, a *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância*, em Durban, na África do Sul, conhecida como a “Conferência de Durban⁸”, torna-se um marco mundial na luta contra as discriminações raciais. O Documento Oficial Brasileiro para a Conferência reconhece a responsabilidade histórica do Estado brasileiro “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos” (CAVALLEIRO, 2006, p. 18). Após essa conferência, e mediante as reivindicações do Movimento Negro, o Estado brasileiro formulou projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro (idem).

De acordo com Silva e Rosa et al. (2009), a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um enorme avanço nesse aspecto, porque reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira, sustentando a necessidade de combatê-los. Mas, é necessário salientar que a inclusão do tema racial na agenda das políticas públicas responde, principalmente, a um esforço inovador do Movimento Social Negro no sentido de estimular, no debate político, a necessidade não apenas de combater o racismo, bem

⁸ Conferência realizada em Durban – África do Sul, no ano de 2001. Estiveram presentes representantes de 173 países, quatro mil organizações não governamentais (ONGs) e aproximadamente 16 mil participantes (IBGE, 2008).

como, efetivamente atuar na promoção da igualdade racial. Diante desse contexto, inicia-se a implantação de ações afirmativas no Brasil.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2001, p. 21).

Essas políticas espelham-se nas medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos na década de 1960, denominadas de Políticas de Ação Afirmativa. Constituem-se como um conjunto de ações de combate à discriminação, visando à garantia da equidade e inclusão social. Alguns autores como Gomes (2001), Brandão (2004) e Jaccoud (2008) afirmam que as políticas afirmativas são uma alternativa viável no sentido de promover justiça social e propiciar aos beneficiados subsídios de se incluir socialmente, bem como demonstrar o quão intenso é o racismo no país.

Pode-se referir que as ações afirmativas são, antes de tudo, uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva, em conformidade com Silvério (2003). Sobre isto, reconhecemos que se versa um ganho político e social para a sociedade brasileira e, principalmente, para a população negra.

A implementação da reserva de vagas nas instituições de ensino superior brasileiras intensificou o debate sobre o racismo e a discriminação nas esferas públicas e privadas, nos meios de comunicação, e em outros espaços sociais. No entanto, o debate sobre o ingresso da população negra no ensino superior aponta para um dos maiores desafios que está para além do universo das políticas de ação afirmativa - a garantia do acesso e permanência de estudantes negros (as) nas IES (JANOARIO, 2013, p. 96).

E, tal e qual aponta este autor, são inúmeros os desafios acerca da discussão relacionada às políticas de ações afirmativas, tal como os obstáculos criados a fim de silenciar essa discussão nos espaços da formação e produção de conhecimento. À vista disso, é do nosso interesse problematizar como as pós-graduações em Serviço Social se relacionam com essa temática e se esses cursos contemplam ou não o debate étnico-racial em sua estrutura curricular, com o objetivo de proporcionar embasamento teórico-metodológico para compreensão e enfrentamento das questões apresentadas.

2. PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E O AMADURECIMENTO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO SERVIÇO SOCIAL

Os programas de pós-graduação em Serviço Social se desenvolvem mediante as suas linhas de pesquisas, e são elaborados com o objetivo de contribuir principalmente na formação de pesquisadoras/es e docentes desta categoria, bem como de outras áreas do conhecimento, de acordo com Guerra (2011).

Argumenta-se que a pós-graduação cumpriu um papel de monta na constituição da vertente crítica do Serviço social brasileiro, que hoje detém hegemonia na produção do conhecimento e da pesquisa, responsável pela renovação da imagem profissional e por tornar o Serviço social contemporâneo de seu tempo, colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais (GUERRA, 2011, p. 126).

A orientação dada por esses programas de pós-graduação, seguem na construção de uma hegemonia quanto à produção do conhecimento e à possibilidade de realizar a interlocução do diálogo entre as outras áreas, tais e quais são igualmente importantes para a compreensão da sociedade e das “novas” emergências sociais.

Cabe uma breve contextualização sobre o início do curso de Serviço Social no Brasil e sobre as principais transformações pertinentes à sociedade brasileira e à profissão, que culminou na necessidade da qualificação para além da graduação. Partimos aqui da afirmação que a trajetória construtiva do Serviço Social não aconteceu de forma linear ou mesmo contínua. Em sua gênese, esse processo possui características bastante complexas nem sempre compreendidas pela própria categoria ou mesmo pela sociedade. Deste modo, nos deparamos com entendimentos diversos tanto no que se refere às transformações sofridas por esta profissão, quanto na própria atuação profissional.

São avanços desse período histórico a consolidação do Código de Ética Profissional de 1986 e posteriormente o de 1993, resultado da construção coletiva da categoria de assistentes sociais. Como também, o alargamento das bases que sustentam a organização do ensino (ABESS) e da pesquisa com o Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPS). Cabe destacar a junção dessas duas organizações, que consolidou a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996⁹, e que preconizam

⁹ “[...] A atual ABEPSS explicita desde a sua nomenclatura que tem como princípio e compromisso a relação orgânica entre graduação e pós-graduação, por entender que na consolidação da pós-graduação localizam-se as condições para a qualificação da graduação. Assim, a pós-graduação aporta contributos teórico-metodológicos à graduação que, por sua vez, requalificada, torna-se insumo do desenvolvimento da pós-graduação” (GUERRA, 2011, p. 127).

as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social, a Lei de Regulamentação Profissional (Lei de Nº 8.662/93) e outras legislações que referenciam o exercício profissional estritamente ligado à garantia dos direitos sociais.

A criação da pós-graduação na área do Serviço Social resulta do intenso movimento de transformações históricas no país. Surgem como um terreno de possibilidades para o desenvolvimento do pensamento crítico e ideológico. Nesse sentido, este espaço configura-se como lugar de disputa teórica e política, onde a produção do conhecimento ganha relevância e notoriedade, legitimando o papel da universidade no tocante ao desenvolvimento científico.

É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o pólo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador (TONET, 2005, p. 478).

Essa reflexão nos permite compreender que a criação e a expansão da pós-graduação brasileira¹⁰, nesse período, cumpre um papel tecno-burocrata e caminha em direção à manutenção e preservação da ordem pragmática e conservadora impulsionada pelo projeto desenvolvimentista. Para Guerra (2011, p. 129, *grifos da autora*),

é importante ressaltar que a criação da pós-graduação no Brasil obedece à mesma lógica de tantos outros processos históricos do Brasil e de outros países da América Latina: foi criada pelo alto, para atender aos interesses de uma burguesia nacional e, sobretudo, estrangeira. Não é casual que ela adota um formato elitista e serve para constituir o que Netto (1990) denomina *mandarinato acadêmico*.

A produção de conhecimento têm grande pertinência, sendo fundamental para a compreensão das complexidades que se estabelecem no âmbito das relações sociais. Desse modo, pode-se interpretar que produzir conhecimentos é muito mais do que assegurar a direção hegemônica de uma determinada categoria, porque ela é também responsável pela manutenção das relações de poder que se estabelecem na sociedade.

¹⁰ Alguns estudiosos datam a origem da pós-graduação no Brasil a partir da década de 1930 do século XX. Porém, é na década de 1960, através do parecer de nº 977/65 da Câmara de Ensino Superior, também conhecido como parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e no contexto da ditadura militar, que instituiu-se a pós-graduação no Brasil. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton **Sucupira**, autor do **Parecer** nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. Ver em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. No entanto, somente em 1984 o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de Pesquisa (GUERRA, 2011, p. 136).

Segundo Silva e Carvalho (2007), os avanços no desenvolvimento das novas alternativas de intervenção profissional resultaram da expansão das pós-graduações em Serviço Social, bem como na participação de assistentes sociais em atividades de pesquisas voltadas à produção de conhecimento. Diante disso, observa-se que:

O surgimento das pós-graduações em Serviço Social é relativamente recente, remontando a meados da década de 1970. Os anos 1980 significaram para o Serviço Social, conforme a feliz expressão de Yamamoto, a sua maioridade intelectual, tendo em vista o investimento no desenvolvimento teórico, na formação de quadros acadêmicos, na produção bibliográfica, na formação de uma intelectualidade que vem intervindo substantivamente na construção de conhecimento e no debate científico na área e em áreas afins, resultando no seu reconhecimento como área de produção do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - CNPq e pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹¹.

Ressaltamos ainda, o aumento dos estudos sobre as políticas sociais e outras temáticas relevantes para a profissão, fazendo com que esta seja considerada como área específica do conhecimento no campo das Ciências Sociais Aplicadas pelo CNPq e pela Capes.

O contexto político-econômico que marca a década de 1990 e os anos 2000 é o período em que se confirmou a estrutura do Estado como financiador direto do capital. As reformas estruturais ocorridas diante desse processo dão seguimento a focalização das políticas sociais, privatização de empresas públicas, ataque às políticas educacionais, além do aparelhamento político do sistema educacional brasileiro e ainda das pós-graduações. Portanto, o que observamos desse processo de “reestruturação do capitalismo” é a execução de uma série de reformas para garantir o seu êxito (AMARAL, 2012).

Um dos movimentos que se desenvolve no interior das universidades brasileiras, é o cumprimento da ordem expressa do capital que dita essas orientações sob a justificativa que, assim, as universidades serão incluídas no *ranking* internacional da educação superior. Amaral (2012) chama a atenção para as discussões que vêm sendo realizadas a partir da produção de diagnósticos e das exigências do cumprimento de metas para o tão esperado ranqueamento internacional, bem como da “formação de ilhas de excelência”, construídas dentro das próprias universidades, por meio de cursos/programas que disputam os recursos institucionais destinados ao funcionamento mínimo dos locais de pesquisa (idem, p. 231).

¹¹ ABEPSS, 2009. p. 1.

Posto isso, cabe-nos apontar que:

A flexibilização demandada pelos processos de enfrentamento da crise do capital adentra os espaços do ensino superior no Brasil, no que se refere à sua desregulamentação, flexibilizando a estrutura curricular, de um lado, e estabelecendo um novo marco regulatório, de outro, o qual oferece as bases jurídico-legais para atender as necessidades de valorização do capital no seu atual estágio de desenvolvimento. Na sequência desse *desmonte*, têm-se os processos de desprofissionalização, com a criação de novas áreas de conhecimento (GUERRA, 2011. p. 137).

Esses são, por sua vez, efeitos da entrada massiva do capitalismo nos espaços de produção de conhecimento. Ao obedecer a essa lógica mercantilista, produzindo necessidades de criação de outras áreas do conhecimento, além de induzir tanto uma formação pragmática quanto instrumental, onde não se pode esperar outra coisa a não ser uma pós-graduação também instrumentalizada e aparelhada, há uma tendência que busca quase que estritamente responder às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado (GUERRA, 2011).

Outras questões que perpassam a pós-graduação e que são fundamentais para a compreensão de como se estrutura a produção do conhecimento no Brasil e no Serviço Social, são: o Plano Nacional de Pós-Graduação – 2011-2020 (PNPG)¹²; os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS¹³; os Projetos Pedagógicos dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social; os Núcleos e Grupos de Pesquisa de cada programa de pós-graduação.

Para além das exigências relacionadas à produtividade e às determinações impostas pelas agências de fomento e reguladoras, inclusive o MEC, outro imenso desafio da pós-graduação, sobretudo em Serviço Social, consiste em compreender o histórico movimento dos avanços e retrocessos que marcam a política educacional no Brasil, impulsionado pelo processo da contrarreforma na educação superior e seus rebatimentos na pós-graduação¹⁴.

Nesse sentido, este trabalho vai ao encontro de fortalecer a área tanto na produção intelectual quanto na análise crítica da realidade, em que os GTPs e a Coordenação Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS traçam estratégias coletivas para garantir a autonomia da

¹² Elaborado pela CAPES, o PNPG tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

¹³ Os Grupos de Trabalhos sobre a Pós-Graduação da ABEPSS (GTPs), são: 1- Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho profissional; 2- Movimentos Sociais e Serviço Social; 3- Trabalho, Questão Social e Serviço Social; 4- Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; 5- Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; 6- Questão Agrária, Urbana e Ambiental.

¹⁴ Cf. LEHER, 2004; BEHRING, 2003.

produção acadêmica, fornecendo subsídios para problematizar a política nacional de pós-graduação. Assim sendo, com alusão à Mauriel e Guedes (2017), compreendemos que existem dilemas diversos no que se refere à essa política, como também há desafios outros que se colocam para os programas de pós-graduação em Serviço Social.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Netto (1996) reflete sobre a possibilidade da/o profissional de Serviço Social converter as possibilidades em realidade, de forma que estas possam atuar na contra-hegemonia daquilo que está posto, elaborando e desenvolvendo respostas/ações teórico-políticas que atendam as demandas trazidas pelas/os usuárias/os, quer sejam explícitas ou implícitas. Deste modo, as políticas de ações afirmativas fazem parte do conjunto de respostas para o enfrentamento ao racismo e das assimetrias sociais advindas dessa relação de opressão, sendo a produção de conhecimento elemento necessário para qualificá-las.

A formação da/o assistente social, inicial e continuada, necessita de adensamento nessas temáticas, no sentido de munir-se de embasamento teórico-metodológico para então dar conta das dimensões ético-política e técnico-operativa de maneira a efetivar o exercício da profissão conforme determina seu Código de Ética e, sobretudo, o projeto ético-político do Serviço Social.

Almeja-se uma pós-graduação que se funda em princípios éticos, democráticos e emancipatórios. E que nela, seja possível a participação concreta de docentes, discentes, pesquisadoras/es, profissionais e da sociedade civil, com discussões e proposições para a formulação de estudos e ação real no enfrentamento às várias formas de desigualdades. Sabemos do compromisso político entre as entidades representativas dessa categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, os movimentos de mulheres, os movimento negros, entre outros, que também se colocam na luta e defesa em prol dos direitos humanos, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, identidade de gênero, crença etc. Sob essa perspectiva, é imprescindível que a prática profissional seja, de fato, comprometida com a classe trabalhadora e com todas, todes e todos que a ela pertença, e para isso, há que se radicalizar o enfrentamento contra o racismo acadêmico e contra as práticas epistemicídas.

A radicalização ética aqui desenhada é o que necessitamos desenvolver, ensinando e tendo por compreensão o sujeito ético dotado de teleologia, liberdade, razão, consciência, vontade e responsabilidade; o sujeito criador, propositivo e prático (SILVA, 2004). O desafio é buscar com que os princípios firmados no Código de Ética de 1993, que apontam a direção pelo o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social, sejam cotidianamente alimentados pelo sonho que impulsionam a nossa práxis (idem, p. 205).

Sem a pretensão de esgotar as reflexões aqui apresentadas, nossa intenção foi apontar alguns elementos que possam subsidiar uma efetiva mudança no comportamento dessa categoria em não mais invisibilizar temas tão caros à população brasileira. Esperamos, assim, contribuir com esse processo, seguindo acima de tudo na perspectiva de totalidade e da emancipação humana, que leva em conta as particularidades dos diferentes grupos sociais, como, por exemplo, as populações negras e as comunidades indígenas, tal como o que elas trazem aos processos e à organização da sociedade e às lutas sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social:** com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

_____. **A consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica:** Documento base de discussão para a formação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Gestão 2009-2010.

_____. **Propostas dos GTPs. Elementos Para Construção da Ementa** (Produto das discussões feitas na reunião do dia 9-07-2011 durante o ENPESS) Gestão 2011-2012.

AMARAL, Ângela. A política nacional de pós-graduação e suas relações com o Serviço Social. Florianópolis: **R. Katálysis**, v. 15, n. 2, p. 230-238, jul. /dez. 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores Civilizatórios: dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: **Orientações e Ações para a Educação das Relações étnicorraciais.** Brasília: SECAD, 2006.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil:** crítica do discurso político. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Aprovado em 13 de Março de 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1997.

BRANDÃO, André Augusto. **Miséria da Periferia**: desigualdades raciais e pobreza na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional de igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUERRA, Yolanda Demétrio. A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: UM PATRIMÔNIO A SER PRESERVADO. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 5ª edição. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. A “Questão Racial” na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**. V. 13, n.2, p.121-142, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 26 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2009.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, O. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.

_____. **Pensamento social no Brasil Bauru**: Edusc, 2004.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial (p. 135-170). In: THEODORO, Mário. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

JANOARIO, Ricardo. Acesso, permanência e política de ação afirmativa para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na visão dos gestores. **Libertas**: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 95 - 120, jan./jun. 2013

LEHER, Roberto. 2004. A (contra-) reforma universitária do governo Lula e o fim das fronteiras entre o público e o privado (Prefácio). In: NEVES, Lúcia M. W. (org.). **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MAURIEL, Ana Paula; GUEDES, Olegna. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação - Relato de Experiência: Pós-Graduação em Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 262-271, maio/ago. 2017 ISSN 1982-0259.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo. 4ª ed. Ed. Cortez. 2005.

ROCHA, Roseli. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 99 Jul./Set., SP: Cortez, 2009.

SILVA (1), Adaiton; ROSA, Waldemir et al. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, Luciana (Org.). **A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília, DF: IPEA, 2009.

SILVA (2), Maria; CARVALHO, Denise. **A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro**. R B P G, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007.

SILVA (3), Nelson; HASENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, IUPERJ, 1992.

SILVA FILHO (4), José B. da. **A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**. 2004. 126 g. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.

SILVÉRIO, Valter. **Ação afirmativa e combate ao racismo institucional no Brasil**. São Paulo: Anped, 2003.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005.